

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Secretário-Geral

Despacho n.º 6279/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 24 de Fevereiro de 2006:

Licenciadas Leonor Faria Calvão Borges, Maria Manuela Castelo Branco Neves Ferrão Sousa Magalhães, Helena Isabel Santos Goulart de Medeiros e Ana Joaquina de Almeida Lopes — nomeadas, precedendo concurso, assessoras parlamentares da área de arquivo, do quadro de pessoal da Assembleia da República, 1.º escalão, índice 625, com efeitos a 1 de Março de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Março de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna

Despacho n.º 6280/2006 (2.ª série). — De acordo com o regime estipulado no n.º 2 do Estatuto da EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, aprovado pelo Decreto n.º 613/71, de 31 de Dezembro, e considerando que o engenheiro Severiano Pereira Nunes Manso apresentou o seu pedido de demissão do cargo de presidente do conselho fiscal da EPUL — Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, aceito o mesmo, com efeitos a partir de 16 de Dezembro de 2005.

24 de Janeiro de 2006. — Pelo Ministro de Estado e da Administração Interna, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*, Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local.

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local

Despacho n.º 6281/2006 (2.ª série). — Considerando o disposto no artigo 10.º, n.ºs 5, alínea *a*), e 7, da Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 79/2005, de 15 de Abril, que transfere a tutela da Inspeção-Geral da Administração do Território para a Presidência do Conselho de Ministros, no âmbito das competências do Ministro de Estado e da Administração Interna delegadas no Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, urge adaptar a esta nova realidade a possibilidade de acompanhamento das acções inspectivas da Inspeção-Geral da Administração do Território, nomeadamente no que respeita à informação das respectivas conclusões e esclarecimento da opinião pública em geral.

Assim, determino:

1 — As conclusões dos relatórios dos processos de inspecção, inquérito ou sindicância realizados pela Inspeção-Geral da Administração do Território deverão ser elaboradas de modo a identificarem expressamente os factos apurados e as diligências por elas suscitadas.

2 — Após o despacho ministerial dos referidos processos, será o teor das conclusões transmitido ao Serviço de Relações Públicas, Documentação e Informação da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros, onde poderá ser consultado pelos órgãos de comunicação social e demais interessados.

3 — É revogado o despacho n.º 3022/2001, de 13 de Fevereiro, do Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte à data da sua publicação.

3 de Março de 2006. — O Secretário de Estado Adjunto e da Administração Local, *Eduardo Arménio do Nascimento Cabrita*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Secretário de Estado e da Administração Interna

Despacho n.º 6282/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 49/2003, de 25 de Março, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos Decretos-Leis

n.ºs 97/2005, de 16 de Junho, e 21/2006, de 2 de Fevereiro, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º, no n.º 1 do artigo 18.º e no n.º 3 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 29 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, é nomeado, em comissão de serviço, para o exercício do cargo de vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, o licenciado Manuel João Morais Ribeiro.

A presente nomeação fundamenta-se na reconhecida aptidão para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta, de resto, a síntese do respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

7 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Síntese curricular

Manuel João Morais Ribeiro, natural de Lisboa, casado, nascido em 19 de Janeiro de 1958.

Habilitações literárias — licenciado em Sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) no ano de 1983 (15 valores e qualificação de *Bom*).

Experiência profissional:

1983-1988 — Professor do ensino secundário;

1986-2003 — Técnico superior (sociólogo) na Câmara Municipal de Lisboa:

1986-1993 — No Gabinete Técnico de Alfama, coordenador da área de intervenção sociológica;

1993-2003 — No Serviço Municipal de Protecção Civil — coordenador do Núcleo de Planeamento (1993-1996) e chefe de divisão de Planeamento e Operações (1996-2003);

Coordenador/responsável de diversos planos de emergência (PM): PM Emergência (1997); PM Expo 98 (protecção civil) (1998); PM do Bug Informático Ano 2000 (1999); PM Risco Sísmico (2002); PM Parque Florestal de Monsanto (2003); Dezembro de 2003-Dezembro de 2004 — Vice-presidente do SNBPC (área de protecção civil);

Dezembro de 2004-Fevereiro de 2006 — Presidente do SNBPC.

Cursos e estágios:

Participação em diversos cursos, acções formativas e seminários; Apresentação de várias comunicações nos domínios da sociologia, reabilitação urbana, protecção civil, planeamento e gestão emergência, com vários artigos publicados;

Professor-adjunto na Escola Superior de Tecnologias do Mar do Instituto Politécnico de Peniche, leccionando disciplinas do curso de Protecção Civil, e professor em vários cursos de pós-graduação no âmbito da Segurança em Protecção Civil (Universidade Independente; ISEL, Universidade Lusófona, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, Escola Superior de Polícia, Instituto de Defesa Nacional).

Despacho n.º 6283/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto na alínea *i*) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, e no uso das competências que me foram delegadas pelo despacho n.º 10 495/2005, de 29 de Abril, do Ministro de Estado e da Administração Interna, é exonerada, a seu pedido, a licenciada Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida do cargo de vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil.

O presente despacho produz efeitos a 17 de Fevereiro de 2006.

21 de Fevereiro de 2006. — O Secretário de Estado da Administração Interna, *Ascenso Luís Seixas Simões*.

Secretaria-Geral

Despacho n.º 6284/2006 (2.ª série). — No uso das competências que me foram delegadas e subdelegadas pela secretária-geral do Ministério da Administração Interna, a coberto do despacho n.º 4710/2006 (2.ª série), de 6 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 41, de 27 de Fevereiro de 2006, e nos termos do artigo 36.º do Código do Procedimento Administrativo, subdelego na directora de serviços de Processos Especiais da Secretaria-Geral do Ministério

da Administração Interna, licenciada Maria Natália da Silva e Cunha, as seguintes competências:

1 — Proceder à assinatura de todo expediente de gestão corrente:

- a) Em matéria de segurança privada;
- b) Em matéria respeitante a pedidos de aprovação dos cartões de identidade a que se refere o n.º 1 do artigo 1.º da Portaria n.º 286/79, de 19 de Junho;
- c) Em matéria referente a pedidos de autorização, ao nível do território do continente, da realização de peditórios, festas ou espectáculos públicos com fins de beneficência, bem como para a instrução dos processos de contra-ordenação e aplicação de coimas respectivas, nos termos do Decreto-Lei n.º 87/99, de 19 de Março.

2 — Nos termos do n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, ficam ratificados todos os actos praticados desde 1 de Fevereiro de 2006 pela directora de serviços de Processos Especiais da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, no âmbito dos poderes subdelegados.

1 de Março de 2006. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Carlos Palma*.

Direcção Nacional da Polícia de Segurança Pública

Departamento de Recursos Humanos

Despacho (extracto) n.º 6285/2006 (2.ª série). — Por despacho de 2 de Março de 2006 da directora nacional-adjunta para a área de recursos humanos, proferido no uso da competência delegada pelo despacho n.º 17 085/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 152, de 9 de Agosto de 2005, foi nomeado definitivamente, precedendo concurso, na categoria de assistente administrativo especialista, para o quadro de pessoal com funções não policiais, nos termos do n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, e do n.º 1 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, o assistente administrativo principal Humberto Manuel da Silva Ferreira, ficando posicionado no escalão 4, índice 316.

3 de Março de 2006. — A Chefe de Divisão de Gestão de Recursos Humanos, por subdelegação, *Maria Leopoldina Soares Pereira*.

Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral

Despacho n.º 6286/2006 (2.ª série). — Por despachos do director-geral do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral de 1 de Março de 2006 e do director do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação do Ministério da Justiça de 2 de Fevereiro de 2006:

Fernanda de Sousa Faria Mendes, chefe de secção de nomeação definitiva do quadro de pessoal do Gabinete para as Relações Internacionais, Europeias e de Cooperação, do Ministério da Justiça — transferida para a mesma categoria e carreira do quadro de pessoal do Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral, ficando exonerada do lugar anterior a partir da data de aceitação do novo lugar. (Não carece de fiscalização do Tribunal de Contas.)

2 de Março de 2006. — O Director-Geral, *José Andrade Pereira*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras

Aviso n.º 3397/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Necásia Eugénia Nunes Mendes Correia, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 13 de Novembro de 1969, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3398/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Augusta da Silva, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascida em 21 de Julho de 1959,

a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3399/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Manuela de Fátima Ramos dos Reis, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 8 de Outubro de 1966, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3400/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Emília Varela Monteiro de Pina dos Santos, natural de Santa Catarina, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 15 de Março de 1968, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3401/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 31 de Janeiro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a John Akano Vaz de Almeida, natural de Port Boret, Costa do Marfim, de nacionalidade santomense, nascido em 4 de Agosto de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3402/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 23 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Clélia Jumara Ferreira da Cunha, natural de Luanda, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 14 de Julho de 1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3403/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Clara Susana Tissango Varela, natural de Faro, Portugal, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 22 de Novembro de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

27 de Fevereiro de 2006. — Pelo Director-Geral, a Chefe do Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 3404/2006 (2.ª série). — Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 22 de Setembro de 2005, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Orlando Brazão Carvalho Júnior, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido a 13 de Novembro de 1953, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei